

técnico superior principal de dotação global da carreira técnica superior do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Março de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 8472/2006 (2.ª série):

João Nuno Oleiro Morais Alçada — contrato administrativo de provimento, nos termos do artigo 15.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e dos artigos 8.º, alínea i), 9.º, 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, para exercer o cargo de conselheiro cultural na Embaixada de Portugal em Roma, pelo período de três anos, considerando-se tácita e sucessivamente prorrogado por iguais períodos, salvo se a Administração ou o contratado o denunciarem mediante notificação da outra parte com uma antecedência mínima de 90 dias, conforme o estabelecido no artigo 9.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, produzindo efeitos a partir de 13 de Março de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, conforme o disposto no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, conjugado com o n.º 1 do artigo 93.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro.)

31 de Março de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Rectificação n.º 560/2006. — Para os devidos efeitos se rectifica o despacho n.º 6214/2006, inserido no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 16 de Março de 2006, a p. 3831, pelo que onde se lê:

«Jorge Alberto Nogueira Lemos Godinho, embaixador do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático — despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 26 de Janeiro de 2006 determinando que seja colocado na disponibilidade nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, com efeitos a partir de 6 de Abril de 2006, por atingir nessa data o limite de idade conforme o fixado no supracitado artigo.»

deve ler-se:

«Jorge Alberto Nogueira Lemos Godinho, embaixador do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático — despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 21 de Março de 2006 determinando que seja colocado na disponibilidade nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, com efeitos a partir de 4 de Junho de 2006, por atingir nessa data o limite de idade conforme o fixado no supracitado artigo.»

30 de Março de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Instituto Camões

Aviso n.º 4693/2006 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidade, reportada a 31 de Dezembro de 2005, referente aos funcionários do quadro de pessoal do Instituto Camões se encontra afixada, para consulta, no respectivo local de trabalho.

Nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do mesmo diploma legal, da lista cabe reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação do presente aviso.

28 de Março de 2006. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 4694/2006 (2.ª série). — Por despachos do conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa e da sub-directora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, de 24 e de 9 de Março de 2006, respectivamente:

Fernanda Maria Calaixa, assistente administrativa especialista, do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa — transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando afectada aos Serviços Centrais, com efeitos a 1 de Abril de 2006. (Isento de fiscalização prévia.)

30 de Março de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Despacho n.º 8473/2006 (2.ª série). — Junto do director-geral dos Impostos funciona um gabinete de apoio, o qual pela sua dimensão em termos de pessoal e volume de trabalho justifica um acompanhamento permanente e gestão autónoma. Assim, na óptica de optimização de recursos e de racionalização e de meios, designo o inspector tributário assessor principal Luís Pacheco Oliveira Maia para exercer as funções de coordenador do gabinete.

Para o exercício dessas funções delegeo no licenciado Luís Pacheco Oliveira Maia os poderes e competências dos seguintes actos:

Despachar os assuntos de gestão corrente do gabinete;
Assinar o expediente;
Movimentar o fundo de manuseio do gabinete;
Atribuir classificação de serviço ao pessoal afecto ao gabinete;
Autorizar as férias do pessoal afecto ao gabinete;
Justificar as faltas do pessoal afecto ao gabinete.

O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura, considerando-se ratificados todos os actos que entretanto tenham sido praticados.

30 de Março de 2006. — O Director-Geral, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

Despacho n.º 8474/2006 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — Nos termos do n.º 2 do artigo 13.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, delegeo, com possibilidade de subdelegação, nos subdirectores-gerais dos Impostos e nos directores de Finanças a competência que me é conferida pelos n.ºs 4 a 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 189/96, de 28 de Novembro.

30 de Março de 2006. — O Director-Geral, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

Direcção-Geral do Património

Aviso (extracto) n.º 4695/2006 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Março de 2006 do director dos Serviços Administrativos, por delegação de competências:

Sandra Maria dos Santos Pereira — nomeada, definitivamente, precedendo concurso e obtida confirmação de cabimento orçamental da 3.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, na categoria de técnica superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos reportados a 24 de Janeiro de 2006, data em que reuniu o respectivo requisito.

30 de Março de 2006. — O Director dos Serviços Administrativos, *António Adriano de Matos Almeida*.

Instituto de Gestão do Crédito Público, I. P.

Aviso n.º 4696/2006 (2.ª série). — De harmonia com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1/94, de 4 de Janeiro, dá-se conhecimento público aos portadores interessados de que a taxa média a vigorar no mês de Abril de 2006 é de 1,671 80 %, a qual, multiplicada pelo factor 1,10, é de 1,838 98 %.

29 de Março de 2006. — O Vogal do Conselho de Administração, *António Pontes Correia*.

Aviso n.º 4697/2006 (2.ª série). — De harmonia com o disposto na parte final do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 125/92, de 3 de Julho, dá-se conhecimento público aos portadores interessados de que a taxa de juro para o mês de Abril de 2006, já multiplicada pelo factor 0,96, é de 1,604 93 %.

29 de Março de 2006. — O Vogal do Conselho de Administração, *António Pontes Correia*.

Serviços Sociais do Ministério das Finanças e da Administração Pública, I. P.

Despacho (extracto) n.º 8475/2006 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Março de 2006 do presidente do conselho de direcção destes Serviços Sociais:

Nuno Miguel Ladeiro Vicente, assistente administrativo principal (índice 222) do quadro de pessoal destes Serviços Sociais — reclassificado na categoria de técnico de informática-adjunto de nível II (escala 1, índice 244), da carreira de técnico de informática, do pessoal de informática, por aplicação do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, ocupando um lugar vago no quadro de pessoal

deste organismo. A presente reclassificação tem efeitos à data do despacho, considerando-se exonerado da anterior categoria na mesma data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Março de 2006. — O Presidente do Conselho de Direcção, *João I. Simões de Almeida*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho conjunto n.º 336/2006. — Na sequência da notificação do pedido formulado pela Euroscut Norte — Sociedade Concessionária da SCUT do Norte Litoral, para a reposição do equilíbrio financeiro do contrato de concessão do Norte Litoral, foi nomeada a comissão de acompanhamento das negociações, através do despacho conjunto n.º 471/2004, de 9 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 30 de Julho de 2004, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de Abril, alterado pelo despacho conjunto n.º 147/2005, de 1 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 21 de Fevereiro de 2005.

Após a nomeação da comissão, a concessionária apresentou um novo pedido de reequilíbrio financeiro, que também poderá dar origem à reposição do equilíbrio financeiro do contrato de concessão.

Os dois pedidos de reposição do equilíbrio financeiro apresentados pela concessionária foram submetidos a um tribunal arbitral entretanto constituído, facto que determinou a suspensão das negociações e a interrupção da actividade da comissão de acompanhamento.

Apesar da constituição do tribunal arbitral, as partes entendem ser conveniente a reabertura do processo negocial anteriormente suspenso, com vista à obtenção de uma solução consensual para a reposição do equilíbrio financeiro do contrato de concessão.

Assim, determina-se o seguinte:

1 — A comissão de acompanhamento nomeada e alterada respectivamente pelos despachos conjuntos n.ºs 471/2004, de 9 de Julho, e 147/2005, de 1 de Fevereiro, deve retomar o exercício das suas funções, fixando-se que o âmbito da sua intervenção tem por objecto todos os fundamentos apresentados pela concessionária até à presente data, nos termos e para os efeitos do disposto na cláusula 87.ª do contrato de concessão.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

22 de Março de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Instituto da Defesa Nacional

Despacho (extracto) n.º 8476/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 31 de Março de 2006:

Mestre Isabel Alexandra Ribeiro Gomes Nunes, técnica superior principal do quadro de pessoal do Instituto da Defesa Nacional — nomeada, nos termos do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e após confirmação dos respectivos pressupostos pela Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, na categoria de assessora principal, da carreira técnica superior do mesmo quadro, ficando posicionada no 1.º escalão, índice 710, com efeitos a 16 de Fevereiro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Março de 2006. — O Director, *João Marques de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 8477/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 25 de Novembro de 2005, nos termos do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é renovada a comissão de serviço, pelo período de três anos, do coronel Luís Manuel Gomes dos Santos Lopes, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau, chefe da Divisão de Planeamento do Departamento de Estudos e Planeamento do Instituto da Defesa Nacional, com efeitos a partir de 4 de Fevereiro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Abril de 2006. — O Director, *João Marques de Almeida*.

MARINHA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Rectificação n.º 561/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 21 de Fevereiro de 2006, o despacho n.º 4054/2006, relativo à delegação de competências do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada no superintendente dos Serviços do Pessoal, rectifica-se que ao n.º 3 desse despacho deve acrescer o seguinte:

«d) Nos comandantes, directores e chefes directamente subordinados, a competência para autorizar deslocações normais em território nacional por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiamento das respectivas ajudas de custo.»

30 de Março de 2006. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 8478/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é exonerada, a seu pedido, a Dr.ª Maria Teresa Lemos dos Santos Bessa do cargo de subinspectora-geral dos Serviços de Justiça.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 10 de Fevereiro de 2006.

27 de Fevereiro de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 8479/2006 (2.ª série). — Por despachos de 9 de Fevereiro de 2006 do subdirector-geral, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005):

Maria Rosa Almeida Bárbara Pereira, Hermínia César Osório Cardoso e Maria da Conceição de Almeida Marques, contratadas a termo certo ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 81-A/96, de 21 de Junho, e 195/97, de 31 de Julho — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, auxiliares de limpeza na Secretaria-Geral do Tribunal de Comarca e do Tribunal de Família e de Menores de Sintra, a auferir pelo escalão 1, índice 123. (Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Fevereiro de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 8480/2006 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Fevereiro de 2006 do subdirector-geral, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005):

Maria de Fátima Medeiros Alvarenga, contratada a termo certo, ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 81-A/96, de 21 de Junho, e 195/97, de 31 de Julho — nomeada definitivamente, precedendo concurso, auxiliar de limpeza na Secretaria-Geral do Tribunal da Comarca de Aveiro, a auferir pelo escalão 1, índice 123. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Fevereiro de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 8481/2006 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Fevereiro de 2006 do subdirector-geral, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005):

Maria Augusta Soares, contratada a termo certo, ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 81-A/96, de 21 de Junho, e 195/97, de 31 de Julho — nomeada definitivamente, precedendo concurso, auxiliar de limpeza no Tribunal da Comarca de Vale de Cambra, a auferir